

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE” ou “Empresa”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. A Empresa vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia. A Empresa pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 31 de dezembro de 2012, a potência instalada do parque gerador da EMAE era de 935,8 MW, correspondendo às concessões das usinas hidrelétricas de Henry Borden, Porto Góes e Rasgão. (Nota 17.1). Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A energia elétrica comercializada pela EMAE, em 2012, destinou-se a concessionárias distribuidoras de energia elétrica, agentes comercializadores, consumidores livres e operações no mercado de curto prazo contabilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – “CCEE” (Nota 30.2).

Por origem, a receita operacional da EMAE apresentou a seguinte distribuição:

<b>ORIGEM</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Venda às distribuidoras	52%	53%
Venda à consumidores livres	13%	14%
Venda à comercializadores	4%	2%
Liquidação na CCEE	14%	16%
Prestação de serviços à terceiros	12%	15%
Outras receitas	5%	-

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) denominada PIRAPORA ENERGIA S.A. – “Pirapora Energia”, subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Cerca de 80 % dos recursos para a construção da PCH, virão de financiamento do BNDES, cujo contrato foi assinado em 08/03/2012. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela EMAE como Capital Social da Pirapora Energia. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu a titularidade da autorização para exploração da PCH Pirapora, da EMAE para a Pirapora Energia S.A.

## 1.1 Leilões de Energia (\*)

A receita auferida pela EMAE, no exercício de 2012, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR corresponde à venda, para as concessionárias de distribuição, nos Leilões de Empreendimentos de Geração Existentes (“Energia Existente”) de 126 MW médios e 10 MW médios em Leilão de Novos Empreendimentos (“Energia Nova”), relacionados à disponibilidade de produção de energia e distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

<b>Leilão de Empreendimentos Existentes</b>	<b>Período de Suprimento</b>	<b>Energia Vendida pela EMAE (MWm)</b>	<b>Preço EMAE R\$/MWh</b>	<b>Preço Médio Ponderado dos Participantes</b>	<b>Base dos Preços</b>
1º Leilão - Prod. 2005	2005 a 2012	85,0	60,84	57,51	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2007	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	Jan/05
4º Leilão - Prod. 2009	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	Out/05
		<b>126,0</b>			

  

<b>Leilão de Novos Empreendimentos</b>	<b>Período de Suprimento</b>	<b>Energia Vendida pela EMAE (MWm)</b>	<b>Preço EMAE R\$/MWh</b>	<b>Preço Médio Ponderado dos Participantes</b>	<b>Base dos Preços</b>
1º Leilão - Prod. 2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	Dez/05
		<b>10,0</b>			

(\*) A partir de 2013 estes contratos perdem sua eficácia, pois com a prorrogação do prazo de concessão das usinas da EMAE, nos termos da Medida Provisória-MP nº 579/12, toda garantia física e potência fica disponibilizada no regime de cotas.

## 1.2 Renovação do Contrato de Concessão EMAE

O Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004, concedeu a Companhia o direito de explorar os serviços de geração de energia elétrica provenientes de cinco aproveitamentos hidrelétricos, todos com termo final para 30 de novembro de 2012. Conforme condições expressas na cláusula segunda do referido Contrato, o mesmo poderia ser prorrogado, a critério do Poder Concedente, por período de até 20 (vinte) anos.

Atendendo aos trâmites legais, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou junto a ANEEL, requerimento para prorrogação das concessões dos seus cinco aproveitamentos hidrelétricos. Em 16 de março de 2012, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL encaminhou ao MME, requerimento de prorrogação do prazo de concessão, no qual se pronuncia favoravelmente em relação às UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, pelo sobrestamento do exame do pedido em relação à UHE Edgard de Souza e pelo indeferimento em relação à UHE Izabel, sendo que estas duas últimas usinas não estavam em operação e não compunham a garantia física da Companhia.

No dia 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, divulgou a MP nº 579, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Em síntese, a referida Medida Provisória, possibilitava a renovação das concessões vincendas, por até 30 anos, a partir de 2013, desde que as concessionárias aceitassem as seguintes condições:

- remuneração por tarifa calculada pela ANEEL, para cada usina hidrelétrica;
- alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela ANEEL; e
- submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Em 01 de novembro, foi publicada a Portaria MME nº 578, que definia as tarifas iniciais das Usinas Hidrelétricas e a Portaria Interministerial nº 602, que definia os valores de indenização para concessões de geração de energia elétrica. A partir da definição dos valores das tarifas e das indenizações, a EMAE realizou estudos que indicaram a viabilidade de aderir ao novo regramento. É importante ressaltar que a Companhia se encontrava em situação bastante distinta de outros concessionários do setor, visto que seu contrato de concessão estava na iminência de vencer.

Diante disso, submeteu, em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de novembro de 2012, a proposta de renovação aos Acionistas, que aceitaram os termos e autorizaram a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004-ANEEL, que prorrogava as concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rasgão, Henry Borden e Porto Góes. O documento foi assinado em 04 de dezembro de 2012, com eficácia a partir de 01 de janeiro de 2013.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora e controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

### **2.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### **2.3 Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na Nota Explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

## **2.4 Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

## **2.5 Informações por segmento**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o Diretor-Presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui dois segmentos passíveis de reporte que são: geração e comercialização de energia.

## **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### **b. Revendedores/Consumidores**

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

### **c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

### **d. Estoque**

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

### **e. Arrendamento a receber**

Registrado ao valor justo do ativo arrendado, na data da operação ajustado pela taxa implícita da operação com base no valor presente dos recebimentos futuros e pela variação do IGP-M, em atendimento à Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 06, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing).

#### **f. Investimentos**

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

#### **g. Imobilizado**

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, ou prazo da autorização, dos dois o menor. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na Nota Explicativa nº 17.

Os encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado no período de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, os encargos financeiros são registrados diretamente no resultado.

#### **h. Intangível**

O intangível refere-se à licenças de software, classificadas como ativos com vida útil definida. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **i. Ativos financeiros**

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

##### **Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Empresa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) Revendedores e Consumidores (nota 5), (ii) Valores a Receber (nota 6 e 8); (iii) Outros Créditos (nota 13).

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

## **Mensurados ao valor justo através do resultado**

São ativos financeiros os: (I) mantidos para negociação no curto prazo; (II) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (III) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Empresa tem classificados nesta categoria são: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4); (ii) Cauções e Depósitos Vinculados (nota 16).

## **Mantidos até o vencimento**

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são mensurados ao custo amortizado, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Empresa não possui ativos classificados nesta categoria.

### **j. Redução ao valor recuperável de ativos**

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável ("impairment"), definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

### **k. FIDC e outras obrigações**

Os contratos de FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e outras obrigações, são atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, utilizando o método do custo amortizado.

### **l. Obrigações estimadas e folha de pagamento**

Inclui as provisões sobre folha de pagamento, como férias, gratificações e encargos sociais de férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

### **m. Outros direitos e obrigações**

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

### **n. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Empresa tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

#### **o. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

O CPC 25 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Empresa e de seus advogados, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Empresa e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa.

#### **p. Provisões para custos socioambientais**

É registrada à medida que a Empresa assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de prováveis riscos relacionados às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento serão registrados diretamente no resultado do exercício.

#### **q. Planos de benefícios pós-aposentadoria**

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto no CPC 33. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no resultado do exercício.

**r. Apuração do resultado**

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Empresa; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

**s. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela EMAE, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**t. Uso de estimativas**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, imposto de renda e contribuição social diferidos, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na CCEE.

**u. Lucro (Prejuízo) por ação**

O lucro ou prejuízo líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Empresa não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído. Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 29.4.



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Caixa e bancos conta movimento.....	4.805	373	4.805	373
Aplicações financeiras (a).....	37.611	69.329	51.697	81.560
	<u>42.416</u>	<u>69.702</u>	<u>56.502</u>	<u>81.933</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 7,9599% em 2012.

#### 5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	15.472	14.234
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	<u>2.362</u>	<u>2.473</u>

#### 6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040 (Nota 14).

#### 7. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício de 2012 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Nota 30.4).

## 8. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e	
	Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
<b>Não circulante</b>		
Contrato.....	43.123	14.650

Em 30 de novembro de 2011, com a anuência do DAEE, foi assinado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$ 32.000.

Em 2011, o valor a receber registrado nesta conta, representa o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos.

Em 2012, foi reclassificado o valor a pagar de R\$ 29.893 à CESP – Companhia Energética de São Paulo em conta do passivo.

## 9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Refere-se a pagamentos antecipados a fornecedores, pela aquisição de equipamentos que serão utilizados no parque gerador da EMAE.

## 10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	879	234	879	234
Imposto de renda a compensar (b).....	5.626	451	5.733	478
Contribuição social a compensar (b).....	2.472	600	2.472	600
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	1.483	1.338	1.483	1.338
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	363	270	363	270
Outros.....	19	30	19	30
	<u>11.242</u>	<u>3.323</u>	<u>11.349</u>	<u>3.350</u>

- (a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
- (b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.
- (c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.
- (d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

## **11. INDENIZAÇÃO PORTO GÓES**

A Empresa, inconformada com a publicação da Portaria Interministerial MME/MF nº 580, de 1º de novembro de 2012, que não a incluiu no rol das empresas a serem indenizadas pela parcela não depreciada de seus ativos de acordo com o critério do Valor Novo de Reposição, pleiteou junto ao MME, a revisão da citada Portaria com vistas a ser indenizada pelos investimentos atinentes à máquina 3 da Usina Porto Góes.

O pleito foi acolhido e a Empresa indenizada em R\$ 37 milhões com base em critério do próprio MME, denominado de Valor Novo de Reposição (VNR). A operação resultou num ganho de R\$ 8 milhões, decorrente da diferença apurada entre o saldo não depreciado de R\$ 29 milhões e o valor da indenização.

## **12. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA**

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE, sua subsidiária integral.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o CPC 06, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento.

O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.12
	Saldo 31.12.11	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	35.283	36.088	30.528	(56.908)	44.991
Não Circulante.....	423.396	(36.088)	46.654	-	433.962
	<b>458.679</b>	<b>-</b>	<b>77.182</b>	<b>(56.908)</b>	<b>478.953</b>

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(215.700)	(246.228)
Variação monetária.....	198.393	151.739
Recebimentos.....	(268.740)	(211.832)
	<b>478.953</b>	<b>458.679</b>

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2013.....	44.991
Não circulante	
De 2014 até 2018.....	197.255
De 2019 até 2024.....	236.707
	<b>433.962</b>
Total	<b>478.953</b>

### 13. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
<b>Circulante</b>				
Serviços em curso (1).....	4.108	3.533	4.108	3.533
Serviços - Barragem Penha (2).....	2.589	2.703	2.589	2.703
Serviços - Canal Pinheiros (3).....	-	2.656	-	2.656
Serviços - Petrobras (4).....	-	920	-	920
Outros créditos (5).....	12.296	9.762	11.744	9.577
	<b>18.993</b>	<b>19.574</b>	<b>18.441</b>	<b>19.389</b>

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

2 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de manutenção nas Barragens Móvel e Penha, conforme contrato nº 2010/22/00249.5.

3 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros.

4 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de operação e manutenção na UTE Nova Piratininga, conforme contrato nº 4600320061.

5 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

## 14. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 8.600 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 5.271 em 2011).

Controladora e Consolidado		
	31.12.12	31.12.11
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(8.600)	(5.271)

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

### 15.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	(112.823)	(20.375)	(112.560)	(20.311)	(112.823)	(20.375)	(112.560)	(20.311)
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	28.206	5.094	28.140	5.078	10.154	1.833	10.130	1.828
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Pasp Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(4.466)	(4.037)	(4.466)	(4.037)	(1.608)	(1.453)	(1.608)	(1.453)
Outros.....	(87)	(222)	233	(271)	(2.247)	(692)	(2.300)	(710)
<b>b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão</b>								
Provisões diversas.....	(32.150)	(20.978)	(32.150)	(20.978)	(11.574)	(7.552)	(11.574)	(7.552)
Outros (PAT, incentivos).....	(309)	315	(750)	315	1.651	-	1.652	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....		5.197	-	5.197	-	2.055	-	2.055
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....</b>	<b>(8.806)</b>	<b>(14.631)</b>	<b>(8.993)</b>	<b>(14.696)</b>	<b>(3.624)</b>	<b>(5.809)</b>	<b>(3.700)</b>	<b>(5.832)</b>
Corrente.....	(2.248)	(11.811)	(2.435)	(11.876)	(1.263)	(4.794)	(1.339)	(4.817)
Diferido.....	(6.558)	(2.820)	(6.558)	(2.820)	(2.361)	(1.015)	(2.361)	(1.015)
Alíquota efetiva.....	8%	72%	8%	72%	3%	29%	3%	29%

### 15.2 Composição dos saldos – Parte B do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2011 (a).....	42.950	42.950	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b).....	57.009	58.007	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2012 (c).....	32.150	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	93.979	87.421
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2011 (a).....	15.462	15.462	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b).....	15.882	16.424	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2012 (c).....	11.574	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	33.832	31.471
	175.027	132.843	127.811	118.892
Provisão para créditos tributários (e).....	(175.027)	(132.843)	-	-
	-	-	127.811	118.892

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2011, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social.
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007 e de 2009.
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 12).
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

## 16. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
<b>Circulante</b>		
Depósitos vinculados (a).....	31.211	6.637
<b>Não circulante</b>		
Depósitos judiciais (b).....	4.691	5.338
Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c).....	-	5.617
	<u>4.691</u>	<u>10.955</u>
	<u>35.902</u>	<u>17.592</u>

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 22.847 (R\$ 5.106 em 2011) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 8.364 (R\$ 1.531 em 2011) de outros depósitos vinculados.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais.
- c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, que foram resgatadas em 06/07/2012 no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo.

## 17. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	Controladora e Consolidado			
	31.12.12			31.12.11
	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos.....		6.715	-	6.715
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	695.555	(386.224)	309.331
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,6%	79.299	(49.423)	29.876
Máquinas e Equipamentos.....	2,6%	426.350	(272.849)	153.501
Veículos.....	6,7%	8.849	(6.221)	2.628
Móveis e Utensílios.....	1,1%	2.104	(2.010)	94
Subtotal.....		<u>1.218.872</u>	<u>(716.727)</u>	<u>502.145</u>
<b>Em curso.....</b>		<u>42.711</u>	<u>-</u>	<u>42.711</u>
Redução ao Valor recuperável - CPC 01....		<u>(193.125)</u>	<u>-</u>	<u>(193.125)</u>
<b>Total Controladora.....</b>		<u>1.068.458</u>	<u>(716.727)</u>	<u>351.731</u>
<b>Total Consolidado.....</b>		<u>1.084.704</u>	<u>(716.727)</u>	<u>367.977</u>

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 2012 e 2011 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação do período	Saldo em 31.12.12
Em serviço							
Terrenos.....		6.733	-	(18)	-	-	6.715
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	323.925	-	(11.384)	10.656	(13.866)	309.331
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,6%	31.028	-	-	103	(1.255)	29.876
Máquinas e Equipamentos.....	2,6%	164.432	-	(65.736)	66.075	(11.270)	153.501
Veículos.....	6,7%	2.316	-	-	902	(590)	2.628
Móveis e Utensílios.....	1,1%	45	-	-	72	(23)	94
<b>Subtotal.....</b>		<b>528.479</b>	<b>-</b>	<b>(77.138)</b>	<b>77.808</b>	<b>(27.004)</b>	<b>502.145</b>
Em curso.....		44.127	76.392	-	(77.808)	-	42.711
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..		(61.212)	(134.828)	-	-	2.915	(193.125)
<b>Total Controladora.....</b>		<b>511.394</b>	<b>(58.436)</b>	<b>(77.138)</b>	<b>-</b>	<b>(24.089)</b>	<b>351.731</b>
Em curso.....		-	16.246	-	-	-	16.246
<b>Total Consolidado.....</b>		<b>511.394</b>	<b>(42.190)</b>	<b>(77.138)</b>	<b>-</b>	<b>(24.089)</b>	<b>367.977</b>

Depreciação no resultado:

	2012	2011
Imobilizado.....	(24.089)	(28.279)
Intangível.....	(319)	(408)
	<u>(24.408)</u>	<u>(28.687)</u>

Total de aquisições:

	2011	2011
Imobilizado.....	76.389	39.460
Intangível.....	3	192
	<u>76.392</u>	<u>39.652</u>

## 17.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 12).

Conforme exposto no item 1.2, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004 – ANEEL, firmado em 04 de dezembro de 2012, entre a União e a EMAE, nos termos da MP nº 579, prorrogou por 30 anos as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos		Termo Final da Concessão
							Concessão	Prorrogação	
Rasgão*	22,000				2	Rio Tietê/Pirapora de Bom Jesus/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Henry Borden	889,000	2,460	7,864	10,130%	14	Rio das Pedras/Cubatão/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Porto Góes*	24,800				3	Rio Tietê/Salto/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042

\*Usinas não despachadas centralizadamente.

## 17.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Administração da Empresa, considerando as modificações estabelecidas na MP nº 579/12 e regulamentações posteriores, introduzidas na prorrogação de concessão das usinas hidrelétricas Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, por meio de consultoria especializada, efetuou os testes de recuperabilidade dos ativos, de acordo com a CPC 01(R1), para cada unidade geradora de caixa.

As estimativas do valor de recuperação indicam a necessidade dos seguintes ajustes para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2012:

31.12.2012	Henry Borden	Porto Góes	Rasgão	Isabel	Total
Valor de recuperação	363.274	3.876	31.526	-	398.676
Custo do Imobilizado líquido	439.864	26.314	35.491	2.373	504.042
Provisão redução valor de recuperação	76.590	22.438	3.965	2.373	105.366

Metodologia / principais premissas utilizadas:

- Previsão de indenização monetária ou através de aumento tarifário pela ANEEL dos investimentos realizados nos últimos anos e ainda não depreciados
- Fluxo de caixa futuro em moeda constante e trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado da EMAE em 5,04%.
- Receitas e despesas baseadas no orçamento empresarial aprovado pelo Conselho de Administração e nas expectativas de preço para comercialização de energia elétrica, onde os principais itens são:
  - Receita de venda de energia pela MP579 no valor de R\$ 102,89 milhões/ano;
  - Contrato de arrendamento da Usina Piratininga à Petrobras de R\$ 65,3 milhões/ano.
  - Contrato de operação e manutenção da Termelétrica de Piratininga no valor de R\$ 12 milhões/ano.
  - Receita de geração de reativos para o sistema, conforme contrato de prestação de serviços ancilares firmado com a ONS, cujo valor foi estimado em R\$ 5,5 milhões/ano, com base na média obtida nos últimos anos;
  - Receita de operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, conforme contrato firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, cujo valor foi estimado em R\$3,1/ano milhões.
  - Receitas com aluguel e outras receitas no valor de R\$ 5,3 milhões/ano;
  - Custos totais de operação no valor de R\$ 170 milhões/ano. Estes valores não contêm valores com depreciação, impostos sobre receita e lucro;
  - Investimentos em reposição no valor de R\$ 11 milhões/ano;
  - Depreciação calculada real de acordo com a taxa efetiva do último ano;
  - Redução de custos estimada com aposentadoria dos funcionários nos próximos anos.

## 18. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e	
	Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
<b>Circulante</b>		
Provisão de férias e gratificação de férias.....	6.608	5.861
Encargos sociais sobre férias.....	4.473	6.025
	<u>11.081</u>	<u>11.886</u>



## 19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
<b>Circulante</b>				
COFINS s/ receitas.....	1.135	1.195	1.135	1.195
PIS s/ receitas.....	246	259	246	259
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	339	262	339	262
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	2.000	2.034	2.000	2.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1).....	-	2.694	203	2.758
IPTU - REFIS (2).....	90	90	90	90
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (3).....	-	49	-	49
Outros.....	743	1.351	743	1.351
	<u>4.553</u>	<u>7.934</u>	<u>4.756</u>	<u>7.998</u>
<b>Não circulante</b>				
IPTU - REFIS (2).....	216	306	216	306
	<u>216</u>	<u>306</u>	<u>216</u>	<u>306</u>
	<u>4.769</u>	<u>8.240</u>	<u>4.972</u>	<u>8.304</u>

- (1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2011 e pagos em janeiro de 2012.
- (2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.
- (3) Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.

## 20. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

Em 29 de maio de 2007, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC, no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, lançado pela EMAE sob coordenação do Banco ABC Brasil S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal, corrigido pela variação da taxa do DI – Depósito Interfinanceiro da CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação) e juros de 1,5% a.a.. O saldo de R\$ 8.509 foi liquidado neste exercício.

## 21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a Cessão de Direitos Creditícios do Instrumento de Reconhecimento de Obrigações firmado com o DAEE para a CESP (Nota 8), que no exercício de 2011 estava contabilizado no valor líquido a receber do DAEE. Em 2012 foi reclassificado como empréstimo e financiamento a pagar para a CESP no montante de R\$ 29.893.

## 22. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

		Controladora e Consolidado			
		31.12.12	31.12.11		
Credor	Objeto	Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	22.789	106.785	129.574	154.061
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(18.477)	(18.477)	(87.082)
		<u>22.789</u>	<u>88.308</u>	<u>111.097</u>	<u>66.979</u>

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 2012 está representada por:

<b>Controladora e Consolidado</b>			
<b>31.12.11</b>	<b>31.12.12</b>		
Saldo	Amortização	Despesa	Saldo
66.979	(16.507)	60.625	111.097

<b>No resultado:</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Plano BSPS.....	19.801	39.748
Plano CD.....	2.722	2.408
	<b>22.523</b>	<b>42.156</b>

## 22.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º. de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

## 22.2 DEMONSTRAÇÃO DO PASSIVO A SER REGISTRADO DE ACORDO COM A CPC33/ IAS19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, o passivo atuarial da EMAE é conforme segue:

### a) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	31.12.12	31.12.11
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	8,32%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	9,93%	10,24%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	5,04%	7,12%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	4,00%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	4,00%	0,9784
Taxa de rotatividade.....	não adotada	nula
Tábua de mortalidade.....	AT - 83	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-FRACA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos (*).....	611	716
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez (*).....	525	462
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez (*).....	29	29
Nº de participantes inativos - pensionistas (*).....	45	40

### b) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método de reconhecimento integral e imediato. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A EMAE, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

O plano de benefício definido (B.D) tem contribuição paritária.

#### b1) Conciliação dos ativos e passivos

	B.S.P.S		B.D	C.V	TOTAL
	2012	2011	2012	2012	31.12.12
Total do passivo atuarial.....	686.869	534.593	90.033	20.105	797.007
Valor justo dos ativos (marcados a mercado).....	(546.915)	(467.614)	(122.864)	(16.131)	(685.910)
Passivo líquido.....	139.954	66.979	(32.831)	3.974	111.097

#### b2) Movimentação do passivo atuarial

	B.S.P.S		B.D
	2012	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	534.593	506.431	147.977
Custo dos juros.....	54.742	51.859	15.923
Ganho/Perda atuarial.....	137.598	3.629	19.862
Benefícios pagos.....	(40.064)	(27.326)	(3.696)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	686.869	534.593	180.066

#### b3) Movimentação do ativo do plano

	B.S.P.S		B.D
	2012	2011	2012
Valor justo do ativo do plano.....	467.614	430.295	199.098
Contribuição do empregador.....	16.757	9.710	1.717
Retorno ocorrido dos investimentos.....	102.608	54.935	46.887
Benefícios pagos.....	(40.064)	(27.326)	(1.975)
Valor justo do ativo do plano.....	546.915	467.614	245.727

**b4) Despesa estimada para:**

	<b>B.S.P.S</b>	<b>B.D</b>
	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Custo dos juros.....	(54.742)	(14.383)
Retorno dos investimentos.....	102.608	46.887
Total.....	<u>47.866</u>	<u>32.504</u>

**b5) Conciliação do passivo atuarial:**

	<b>B.S.P.S</b>		<b>B.D</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Saldo Inicial.....	66.979	76.136	(51.121)
Despesa.....	6.858	3.322	(12.239)
Contribuição - pagamento e amortização.....	(16.757)	(48.905)	(1.975)
Ganhos (perdas) atuariais .....	82.874	36.426	32.504
<b>Saldo final.....</b>	<b><u>139.954</u></b>	<b><u>66.979</u></b>	<b><u>(32.831)</u></b>

**22.3 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP**

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

**a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 111.098**

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2012, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

## 23. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR (1):		
- Quota mensal.....	352	312
- Diferença de quotas - 2009 (2).....	-	85
- Diferença de quotas - 2010 (3).....	32	379
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	1.326	1.191
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	42	41
Quota para P&D - FNDCT (5).....	94	107
Quota para P&D - EPE (5).....	47	54
P&D - Recursos para projetos (5).....	5.962	5.030
	<u>7.855</u>	<u>7.199</u>
<b>Não circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2011 (4).....	769	769
	<u>769</u>	<u>769</u>
	<u>8.624</u>	<u>7.968</u>

- (1) Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão – RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.
- (2) Conforme despacho ANEEL nº 278 de 2 de fevereiro de 2011, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2011, com término em janeiro de 2012.
- (3) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012, com término em janeiro de 2013.
- (4) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL.
- (5) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

## 24. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo apresentado em 2012 de R\$ 872 ( R\$ 40.000 em 2011) refere-se ao repasse do Governo do Estado para execução dos serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros, para atenuar o risco de cheias.

## 25. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
<b>Não circulante</b>		
Compromissos socioambientais.....	<u>50.658</u>	<u>17.825</u>

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

## 26. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.11		31.12.12	
	Saldo	Provisão	Reversão	Saldo
<b>Não circulante</b>				
Trabalhistas				
Periculosidade.....	15.228	1.509	-	16.737
Diversas.....	7.378	3.311	(948)	9.741
	22.606	4.820	(948)	26.478
Cíveis.....	15.471	788	(11.275)	4.984
Tributárias.....	561	25	(586)	-
	16.032	813	(11.861)	4.984
	38.638	5.633	(12.809)	31.462

**Periculosidade** – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999. A administração da Empresa baseada na opinião de seus assessores jurídicos, provisionou o montante de R\$ 15.228 em 31 de dezembro de 2012.

**Diversas** – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

**Cíveis** – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial. A Empresa figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A, em decorrência de despacho nº 288/2 002 da ANEEL. Diante do recálculo e redistribuição pretendida pela autora, a EMAE provisionou o montante de R\$ 788.

**Depósitos judiciais** – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas e cíveis em 31 de dezembro de 2012, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	Provável		Possível		Remota	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Administrativo.....	-	-	111	94	7	-
Cível.....	4.984	15.471	11.878	3.058	11.673	12.138
Trabalhista.....	26.478	22.606	8.102	7.538	36.367	11.359
Tributária.....	-	561	-	1	2.846	4.261
	31.462	38.638	20.091	10.691	50.893	27.758

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

## **27. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 32).

## **28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

### **28.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP**

Em 31 de dezembro de 2012 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 382 (R\$ 792 em 2011) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

### **28.2 Manutenção das Barragens Penha e Móvel – DAEE**

Em 2012 foi faturado o valor de R\$ 4.534 pela prestação de serviços de manutenção nas barragens do DAEE.

### **28.3 Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações – DAEE**

Em 31 de dezembro de 2012 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 43.122.

### **28.4 Cessão de Direitos Creditícios para a CESP**

Em 31 de dezembro de 2012 a Emae possui um saldo a pagar de R\$ 29.893 referente a cessão de Direitos do Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações mantido com o DAEE.

### **28.5 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings**

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Billings e Guarapiranga, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928, autorizada inicialmente pelo Decreto Estadual nº 4.487/28, e, posteriormente, por outros instrumentos legais e contou com a anuência da EMAE e das suas antecessoras (ELETROPAULO e Light), porém, sempre foi condicionada à devida compensação financeira.

A regulamentação da indústria hidroelétrica, tanto no Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como a dos Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à empresa de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em setembro de 2012, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a EMAE solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da EMAE encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à EMAE estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo – DAEE; (b) a legislação brasileira prestigiou o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings, (e) as ações da EMAE na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da EMAE não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a EMAE propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a EMAE propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com a empresa antecessora da SABESP, distribuída à 5ª Vara Cível Central, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100, cuja sentença foi publicada em 28/02/2013, julgando procedente o pedido da EMAE e determinando providências para o imediato início da arbitragem e nomeando o árbitro que irá julgar o procedimento arbitral a ser instaurado, seguindo as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem AMCHAM.



## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2012 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	14.705.370	100,00	52.068	0,23	14.757.438	39,94
<b>Centrais Elétricas Brasileiras S/A.</b>						
ELETROBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
ALTOCAPITAL Ajax Fundo de Invest. Ações.....	-	-	2.032.700	9,14	2.032.700	5,50
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	501.000	2,25	501.000	1,36
Outros.....	-	-	3.027.395	13,61	3.027.395	8,19
	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

### 29.2 Direitos das Ações

Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais tem:

prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;

direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; e

direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembléia geral.

### 29.3 Reserva de lucros a realizar

O saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 109.273 (R\$ 120.584 em 2011) foi integralmente absorvido pelo prejuízo do exercício e será objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

Saldo em 31.12.2011.....	120.584
Realização da reserva.....	(11.311)
Absorção da reserva de lucros a realizar.....	(109.273)
Saldo em 31.12.2012.....	-

## 29.4 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valor por ação):

	2012	2011
<b>Prejuízo do exercício .....</b>	<b>R\$ (125.253)</b>	<b>R\$ (40.815)</b>
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
<b>Total.....</b>	<b>36.947.084</b>	<b>36.947.084</b>
<b>Prejuízo por ação básico e diluído</b>		
Ação Preferencial.....	R\$ (3,5173)	R\$ (1,1462)
Ação Ordinária.....	R\$ (3,1976)	R\$ (1,0420)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

## 30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### 30.1 Conciliação da receita operacional líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Fornecimento de energia.....	27.293	26.116
Suprimento de energia - leilão.....	106.421	102.286
Suprimento de energia - comercializadores.....	8.402	2.918
Energia de curto prazo - CCEE.....	29.298	31.449
Renda da prestação de serviços.....	24.548	29.123
Outras receitas.....	10.429	1.039
	<b>206.391</b>	<b>192.931</b>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(4.225)	(4.126)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(19.084)	(17.768)
PIS sobre receitas operacionais.....	(4.143)	(3.857)
ICMS sobre receitas operacionais.....	(1.568)	-
Imposto sobre serviços - ISS.....	(1.221)	(1.457)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.641)	(1.630)
	<b>(31.882)</b>	<b>(28.838)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<b>174.509</b>	<b>164.093</b>

### 30.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

Os CCEAR's decorrentes dos Leilões apresentados na tabela do item 1.1, têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês de Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	Produto 2007-2014	4º Leilão 2009-2016	Energia Nova 2008-2037 e 2009-2038	ENERGIA NOVA P2 - 2009-2038	Energia Nova 2010-2039
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	86,81	98,75	108,08	130,78	156,60	156,60	156,59
Ampla	Março	87,20	99,19	108,57	-	157,30	157,30	157,29
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	87,38	99,40	108,79	131,65	157,63	157,63	157,62
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maiο	87,94	100,04	109,49	-	158,64	158,64	158,63
Energisa e Copel	Junho	88,26	100,40	109,88	-	159,21	159,21	159,20
Celtins e Eletropaulo	Julho	88,33	100,48	109,97	133,07	159,34	159,34	159,33
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	88,71	100,91	110,45	133,64	160,03	160,03	160,01
Celg	Setembro	89,07	101,32	110,90	134,19	160,68	160,68	160,67
Bandeirante, CEEE e Piratininga	Outubro	89,58	101,90	111,53	134,96	161,60	161,60	161,59
Light	Novembro	90,11	102,50	112,19	-	162,55	162,55	162,54

### 30.3 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

A EMAE participou de diversos leilões de compra de energia que resultaram em 2012 no fornecimento para consumidores livres e no suprimento para comercializadoras de energia (*ex-post*), resultando em um faturamento de R\$ 27,3 milhões (R\$ 26,1 milhões em 2011) e R\$ 8,4 milhões (R\$ 2,9 milhões em 2011), respectivamente.

### 30.4 Energia Elétrica Vendida

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011
<b>Fornecimento (1)</b>				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	163.980	165.210	27.293	26.116
<b>Suprimento</b>				
Energia de leilão.....	1.105.396	1.126.462	106.421	102.286
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD.....	-	-	-	-
	1.105.396	1.126.462	106.421	102.286
Agentes comercializadores.....	85.695	62.801	8.402	2.918
	1.191.091	1.189.263	114.823	105.204
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)</b>				
Energia de curto prazo.....	-	-	29.298	31.449
<b>Total.....</b>	<b>1.355.071</b>	<b>1.354.473</b>	<b>171.414</b>	<b>162.769</b>

(1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.

(2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoeletrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(\*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

### 30.5 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	4.534	5.924
Petrobras (UTE's).....	17.115	20.920
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.788	1.830
CTEEP (Subestação Piratininga).....	27	311
Outros serviços.....	84	138
	<u>24.548</u>	<u>29.123</u>

### 31. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

#### 31.1 - Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(6.020)	(5.994)	-	-	-	-	-	-	(6.020)	(5.994)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.300)	-	-	-	-	-	-	-	(3.300)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(4.016)	(3.323)	-	-	-	-	-	-	(4.016)	(3.323)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(6.829)	(7.166)	-	-	-	-	-	-	(6.829)	(7.166)
Pessoal.....	(84.150)	(86.850)	(1.448)	(1.068)	(18.698)	(19.303)	-	-	(104.296)	(107.221)
Administradores.....	-	-	-	-	(1.830)	(3.195)	-	-	(1.830)	(3.195)
Entidade de previdência a empregados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material.....	(3.832)	(3.358)	-	-	(993)	(1.378)	-	-	(4.825)	(4.736)
Serviço de terceiros.....	(22.887)	(21.498)	-	(7)	(11.862)	(10.034)	-	-	(34.749)	(31.539)
Depreciação.....	(23.220)	(27.398)	-	-	(1.188)	(1.289)	-	-	(24.408)	(28.687)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	-	-	(509)	(497)	-	-	(509)	(497)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	-	-	(813)	(755)	-	-	(813)	(755)
Baixa de valores a receber.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(5.633)	(14.270)	-	-	-	-	-	-	(5.633)	(14.270)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	12.809	11.383	-	-	-	-	-	-	12.809	11.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	(3.329)	(520)	-	-	(3.329)	(520)
Provisão para riscos socioambientais.....	(32.833)	(15.625)	-	-	-	-	-	-	(32.833)	(15.625)
Outras provisões.....	-	(4.360)	-	-	-	-	-	-	-	(4.360)
Perda pela recuperabilidade de ativos CPC 01.....	-	-	-	-	-	-	(105.366)	(61.212)	(105.366)	(61.212)
Indenização Usina Porto Góes.....	-	-	-	-	-	-	8.248	-	8.248	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	24.620	27.264	24.620	27.264
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	582	195	582	195
Outras.....	(12.285)	(4.872)	-	-	(366)	(111)	-	87	(12.651)	(4.896)
<b>Total.....</b>	<b>(192.196)</b>	<b>(183.331)</b>	<b>(1.448)</b>	<b>(1.075)</b>	<b>(39.588)</b>	<b>(37.082)</b>	<b>(71.916)</b>	<b>(33.666)</b>	<b>(305.148)</b>	<b>(255.154)</b>

## 31.2 - Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(6.020)	(5.994)	-	-	-	-	-	-	(6.020)	(5.994)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.300)	-	-	-	-	-	-	-	(3.300)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(4.016)	(3.323)	-	-	-	-	-	-	(4.016)	(3.323)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(6.829)	(7.166)	-	-	-	-	-	-	(6.829)	(7.166)
Pessoal.....	(84.150)	(86.850)	(1.448)	(1.068)	(18.698)	(19.303)	-	-	(104.296)	(107.221)
Administradores.....	-	-	-	-	(1.830)	(3.195)	-	-	(1.830)	(3.195)
Entidade de previdência a empregados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material.....	(3.832)	(3.358)	-	-	(993)	(1.378)	-	-	(4.825)	(4.736)
Serviço de terceiros.....	(22.887)	(21.498)	(23)	(7)	(11.862)	(10.034)	-	-	(34.772)	(31.539)
Depreciação.....	(23.220)	(27.398)	-	-	(1.188)	(1.289)	-	-	(24.408)	(28.687)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	-	-	(509)	(497)	-	-	(509)	(497)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	-	-	(813)	(755)	-	-	(813)	(755)
Baixa de valores a receber.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(5.633)	(14.270)	-	-	-	-	-	-	(5.633)	(14.270)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	12.809	11.383	-	-	-	-	-	-	12.809	11.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	(3.329)	(520)	-	-	(3.329)	(520)
Provisão para riscos socioambientais.....	(32.833)	(15.625)	-	-	-	-	-	-	(32.833)	(15.625)
Outras provisões.....	-	(4.360)	-	-	-	-	-	-	-	(4.360)
Perda pela recuperabilidade de ativos CPC 01.....	-	-	-	-	-	-	(105.366)	(61.212)	(105.366)	(61.212)
Indenização Usina Porto Góes.....	-	-	-	-	-	-	8.248	-	8.248	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	24.620	27.264	24.620	27.264
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras.....	(12.285)	(4.872)	-	-	(366)	(111)	-	87	(12.651)	(4.896)
<b>Total.....</b>	<b>(192.196)</b>	<b>(183.331)</b>	<b>(1.471)</b>	<b>(1.075)</b>	<b>(39.588)</b>	<b>(37.082)</b>	<b>(72.498)</b>	<b>(33.861)</b>	<b>(305.753)</b>	<b>(255.349)</b>

### 31.3 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</b>		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	6.020	5.994
<b>Uso da Rede Elétrica</b>		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	4.016	3.323

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

### 32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	3.458	2.187	4.374	2.446
Atualização de valores a receber - DAEE.....	-	3.322	-	3.322
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	30.528	31.761	30.528	31.761
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	31	481	31	481
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	1.107	1.388	1.107	1.388
Outras.....	78	103	78	103
	<u>35.202</u>	<u>39.242</u>	<u>36.118</u>	<u>39.501</u>
<b>Despesas</b>				
Juros FIDC.....	(27)	(206)	(27)	(206)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(511)	(396)	(559)	(396)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(308)	(396)	(308)	(396)
Atualiz. pré-venda de energia elétrica.....	-	-	-	-
Atualiz. TUSDg.....	-	(176)	-	(176)
Juros sobre RGR.....	(810)	(810)	(810)	(810)
Outras.....	(26)	(81)	(26)	(81)
	<u>(1.682)</u>	<u>(2.065)</u>	<u>(1.730)</u>	<u>(2.065)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Variações monetárias ativas.....	74.506	75.772	74.506	75.772
Variações monetárias passivas.....	(70.409)	(2.515)	(70.409)	(2.515)
	<u>4.097</u>	<u>73.257</u>	<u>4.097</u>	<u>73.257</u>
	<u>37.617</u>	<u>110.434</u>	<u>38.485</u>	<u>110.693</u>

### 33. SEGUROS

A Administração da Empresa mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2012	09.04.2013	3.500	126
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2012	08.02.2013	1.500	10
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)..	28.11.2012	28.11.2013	324	2
			<u>5.324</u>	<u>138</u>

(1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa à terceiros.

(2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.

(3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

## **34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

### **(a) Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

### **(b) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Empresa está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI relativos ao contrato de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP e às aplicações financeiras.

### **(c) Risco de Crédito**

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

### **(d) Risco Hidrológico**

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da MP nº 579, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência.

### **(e) Derivativos**

Em 2012 e 2011, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

### **(f) Risco de estrutura de capital**

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

## **35. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

### **a) Caixa e equivalente de caixa**

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 4.



b) Informações suplementares

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.12</b>	<b>31.12.11</b>
Juros pagos.....	1.681	1.546
Juros recebidos.....	4.643	3.678
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	10.118	18.398
Dividendos obrigatórios propostos a pagar.....	-	-

**36. PIRAPORA ENERGIA S.A.**

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o exercício de 2012 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 916 e despesas pré-operacionais no valor de R\$ 334, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 582 na Empresa Controladora. Durante o exercício 2013 será pago a EMAE um montante de R\$ 552 a título de dividendos.

**37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração em 20 de março de 2013.

**38. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 07/03/2013, a EMAE recolheu a taxa de registro do pedido de arbitragem para apresentar o requerimento de instauração da arbitragem perante a AMCHAM e manifestar-se favoravelmente em relação ao árbitro indicado nos termos da sentença proferidas na ação que move contra a SABESP (Nota 28.5).